

POLÍTICA.

ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

O desafio de gerir o Brasil do futuro

Jornal de Brasília e Conselho Federal de Administração analisarão programas dos candidatos

JORGE EDUARDO ANTUNES

jorge.antunes@grupojbr.com

Desemprego em alta, estagnação econômica, infraestrutura deficiente, gargalos na produção, distribuição e uma crise ética e moral sem precedentes históricos. Este é um resumo modesto dos desafios que serão enfrentados pelo próximo presidente da República, que será eleito em outubro deste ano. Para ajudar a repensar o País e auxiliar sua escolha na hora de eleger o próximo presidente, o **Jornal de Brasília** e o Conselho Federal de Administração (CFA) fecharam uma parceria de conteúdos e análises, com base nos programas dos candidatos.

O leitor terá, nas nossas edições impressas e digitais, material suficiente para embasar sua escolha. Serão reportagens, aplicativos de identificação com os candidatos aos cargos executivos nestas eleições e muitos outros conteúdos qualificados, elaborados pelos jornalistas e supervisionados pelos administradores de empresas, em uma ação que visa melhorar a Administração Pública Nacional, melhorar nossa economia, nossa representação política, as práticas éticas e morais, restabelecendo a confiança no Estado, um dos pontos cruciais para o Brasil.

Uma destas ações já embasa a primeira parte deste projeto colaborativo: trata-se do uso do ABCDE da Gestão Pública, elaborado pelo Conselho Federal de Administração (CFA), órgão normativo, consultivo, orientador e disciplinador do exercício da profissão no país. Nele estão contemplados pontos



DIVULGAÇÃO

Para Wagner Siqueira, o papel do Estado é o de garantir dos direitos fundamentais do indivíduo

fundamentais defendidos pelos presidentiáveis, cuja análise pelo eleitor certamente vai qualificar o debate sobre as propostas dos candidatos. São 12 áreas levantadas, com base nos planos de governo apresentados (Saúde; Educação; Privatizações; Programas Sociais; Previdência Social; Reforma Trabalhista; Segurança Pública; Teto dos Gastos Públicos; Política Econômica; Geração de Empregos; Meio Ambiente; Gestão; Combate à Corrupção).

Segundo o presidente do CFA, Wagner Siqueira, o trabalho teve

como base quatro eixos estratégicos para uma Governança eficaz (veja quadro) e permitirá aumentar a racionalidade do eleitor, que precisa ser protagonista neste período pré-eleitoral. “Vivemos uma democracia e é com o voto que vamos instrumentalizar, legitimamente, as mudanças que julgamos necessárias para o resgate do papel essencial do Estado - o de garantidor dos direitos fundamentais ao indivíduo”, diz. Siqueira é autor de mais de uma dezena de livros sobre Administração e de quatro outros sobre política e ação legislativa.

AGENDA

DATA DOS PERFIS DOS CANDIDATOS

- Alvaro Dias (Podemos): 04/09
- Henrique Meirelles (MDB): 11/09
- Ciro Gomes (PDT): 05/09
- Jair Bolsonaro (PSL): 12/09
- Geraldo Alckmin (PSDB): 06/09
- João Amoêdo (Novo): 13/09
- Guilherme Boulos (PSOL): 10/09
- Marina Silva (Rede): 14/09

Obs – Não serão feitas as análises dos programas de Cabo Daciolo (Patriota), Vera (PSTU) e João Goulart Filho (PPL), que não alcançaram percentuais acima de 0% nas últimas pesquisas. Quanto ao programa do PT, enquanto não houver definição efetiva do candidato, a análise está prejudicada.

EIXOS ESTRATÉGICOS PARA A MODERNIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

PROFISSIONALIZAÇÃO

- Redução dos cargos em comissão
- A profissionalização da administração pública em cargos estratégicos
- Aumento do investimento em capacitação dos servidores públicos

EFICIÊNCIA

- Mudança na lógica do Orçamento, hoje marcada pelo descompasso entre o planejamento mais geral de metas e a forma como é executado
- Definir uma agenda programática e sistêmica de políticas governamentais. Metas governamentais só podem ser efetivamente perseguidas com monitoramento e avaliação adequados
- O governo eletrônico é o instrumento com maior potencial para elevar a eficiência governamental no Brasil. Muito já se avançou neste terreno, o que garante um

alicerce para a continuidade das ações. Mas ainda há várias áreas do Estado que ainda desconhecem o e-government

- Políticas de desburocratização aumentam a eficiência e combatem a corrupção

EFETIVIDADE

- Políticas públicas, cada vez mais, terão seu desempenho avaliado pelos resultados efetivos que trazem aos cidadãos. É preciso orientar a administração pública por metas e indicadores
- Não bastarão alterações institucionais, serão necessárias mudanças na cultura política
- A lógica segmentada das políticas públicas deve sofrer uma transformação. Ações intersetoriais e programas transversais devem ser priorizados

- O fracionamento dos ministérios e secretarias aumenta o poderio político de cada área, criando nichos monopolistas de poder
- Medidas mais efetivas contra a fragmentação organizacional, pelo entrosamento entre os níveis de governo, uma vez que os entes locais executam as ações, mas precisam de colaboração horizontal e vertical para ter sucesso
- O fortalecimento da regulação dos serviços públicos, com marcos e aparatos regulatórios que funcionem a contento. Regular bem significa não só garantir o caráter público dos serviços, mas também a sua qualidade — e nenhum ente privado ou ONG fará melhor que o Estado caso não seja regulado
- A administração pública brasileira só será mais eficiente e efetiva caso possa ser

- cobrada e controlada pela sociedade
- Tribunais de contas, conselhos de políticas públicas e ouvidorias precisam cumprir seus papéis institucionais onde não são efetivos
- A frágil conexão entre eleitores e eleitos favorece o clientelismo e o patrimonialismo em várias instâncias de poder, sobretudo no plano subnacional. A manutenção do atual sistema político reforça as piores características do modelo administrativo. É preciso mexer no primeiro para modernizar as profundezas da gestão pública
- Uma agenda de longo prazo para reformar a gestão pública brasileira depende como em qualquer outro campo de políticas públicas, não só de ideias e análises. Acima de tudo, é preciso constituir coalizões